



## Assembleia Municipal de Velas

### ATA N°3

-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze.-----

-----Aos vinte e sete dia do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, freguesia das Velas, deu-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Velas presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1- **Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n°1 do artigo 2º deste Regimento;**-----

-----2- **Nomeação de dois elementos da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge;**-----

-----3- **Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano para 2014;**-----

-----4- **Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais;**-----

-----5- **Proposta de contratação de empréstimo a curto prazo;**-----

-----6- **Análise do relatório semestral de auditoria (contas individuais), relativo ao 1º semestre de 2013, remetido pela UHY & Associados, SROC, LDA Sociedade de Revisores Oficiais de Contas;**-----

-----7- **Proposta de deliberação Adenda ao contrato Programa n°1 de 2009, celebrado com a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge;**-----

-----8- **Proposta de deliberação Adenda ao Contrato Programa n°29 de 2007, celebrado com a empresa VelasFuturo, E.E.M.**-----

-----A Presidente fez o enquadramento legal da sessão, explicando que é uma sessão ordinária que se realiza em dezembro, como estipulado pela lei n°75/2013, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, está em conformidade com o artigo 18º do Regimento em vigor.-----



## Assembleia Municipal de Velas

-----Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia comunicou as faltas justificadas dos membros Maria de Fátima Silveira, José Júlio Maciel Rodrigues e Rui Miguel Vieira Sequeira. Disse ainda que, na ausência de todos ou da maioria dos membros da Assembleia, cabe ao secretário e relator da Comissão Permanente substituírem, pela ordem indicada, os membros em falta, de acordo com o artigo 6º do Regimento; referiu que verificando-se a falta do segundo secretário da mesa da Assembleia, mas estando presente o primeiro secretário, a mesa se considera constituída. Mencionou que, para substituírem os deputados que se encontram ausentes, foram convocados elementos da lista do partido socialista que se encontram colocados imediatamente a seguir: senhor Hélder Fernando Sousa Teixeira, que se fez substituir pela senhora Sandra Cristina da Rocha Fontes, o senhor Armando de Jesus Dutra da Silveira e a senhora Maria da Conceição Garcia da Rosa Teixeira, que se fez substituir pelo senhor António Laurenó Oliveira da Silveira. A Presidente solicitou aos dois deputados que ainda não tinham tomado posse como membros da Assembleia - o senhor Armando de Jesus Dutra da Silveira e o senhor António Laurenó Oliveira da Silveira, que após a leitura da ata de tomada de posse pela primeira secretária, a assinassem. A Presidente deu então as boas vindas aos novos membros e pediu que a senhora primeira secretária procedesse à **chamada dos senhores deputados municipais**.-----

Confirmou-se a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Sandra Cristina da Rocha Fontes, António Manuel da Silveira Azevedo, Maria da Luz Silva das Graças, Armando de Jesus Dutra da Silveira, Paulo César Azevedo Silva, Fernandino Bettencourt de Simas, Liliana Isabel Maciel Almeida, Armando Manuel Cordeiro Bettencourt, Rosa do Céu Pinto, Cátia Filipa Cunha Coquete, André Miguel da Silveira, António Laurenó Oliveira da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, Vasco Filipe Pinto Azevedo, Fernando Jorge Pereira, André Filipe Galego Ataíde, Rúben Fernandes Alves Serpa, Alberto Manuel Soares Almeida e Hélio Silveira da Rosa.-----

-----**Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim início à sessão.**-----



## Assembleia Municipal de Velas

-----A Presidente da Assembleia pediu que se incluisse na ordem de trabalhos as duas propostas do executivo, apresentadas fora da ordem do dia: a nomeação de representante para a empresa Terra de Fajãs E.M.S.A. e a nomeação de administrador liquidatário para a VelasFuturo E.E.M.. Colocou à consideração dos deputados a inserção das duas propostas na ordem do dia e, não havendo oposição, esta inclusão foi aprovada, acrescentando dois pontos à ordem de trabalhos:-----

-----9- Nomeação de representante na empresa Terra de Fajãs E.M.S.A.;-----

-----10- Nomeação de administrador liquidatário na empresa VelasFuturo E.E.M..-----

-----A Presidente procedeu à leitura da ordem de trabalhos e deu início ao período **antes da ordem do dia**. A Presidente explicou que, de acordo com o Regimento em vigor, quer as sessões ordinárias quer as extraordinárias, têm um período de «antes da ordem do dia» e o período da «ordem do dia». Explicou que o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município e que se compõe de três fases, o período para «assuntos internos e administrativos da própria Assembleia», o período destinado «à intervenção do público», que não pode exceder trinta minutos, e o período de «tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais», que não pode exceder sessenta minutos. Referiu, também, que as sessões ordinárias englobam, de acordo com o art.23º do regimento em vigor, um período que se destina à intervenção dos Presidentes das Junta de Freguesia para que esses coloquem questões que considerem de interesse para a própria freguesia, informando que esse período não poderia exceder os trinta minutos.--- Deste modo, iniciou-se o período para os assuntos internos e administrativos da própria Assembleia, pelo que a Presidente informou que **não foi possível incluir a ata número dois para aprovação**, pelo que se fará posteriormente.-----

Assim, a Presidente procedeu à leitura da correspondência recebida:-----

1- Ofício da Associação de Amigos para a Divulgação das Tradições da Ilha de São Jorge a pedir permissão para que as sessões públicas sejam de ora em diante publicitadas com recolha de som e imagem. Posto isso, a Presidente colocou à



## Assembleia Municipal de Velas

consideração dos deputados municipais permissão para esta publicitação e, não havendo oposição, foi **aprovado por unanimidade**.-----

2- Ofício da Associação de Amigos para Divulgação das Tradições da Ilha de São Jorge a pedir o cumprimento do Regimento em vigor, nomeadamente arts.47º e 51º. A Presidente da Assembleia informou que já lhes responderam, pelo que o edital desta sessão já está publicado no jornal o Breves.-----

3- Alguns postais de Natal;-----

4- Ofício do grupo municipal CDS/ PP com envio de uma nota de imprensa da qual consta que “o governo Regional prepara-se para fechar análises clínicas no Centro de Saúde da Calheta”;-----

5- Do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge, a indicar os elementos para a constituição do Conselho de Ilha, indicando o senhor João Paulo Bettencourt Oliveira e o senhor Alfredo Manuel Mendonça Cunha;-----

6- Da Associação dos Agricultores da Ilha de São Jorge, sobre o mesmo assunto, a nomear o senhor João António Barbosa Sequeira;-----

7- Da Associação de Jovens Agricultores Jorgenses, quanto ao mesmo assunto, a nomear o senhor Rui César Matos Bettencourt;-----

A Presidente informa que a Assembleia Municipal da Calheta não indicou, até ao presente dia, os membros para fazerem parte do Conselho de Ilha. Assim, conforme o Regimento que atribuí um prazo de sessenta dias após a tomada de posse para constituição do Conselho de Ilha, esta não foi possível por falta de indicação de membros da Assembleia Municipal da Calheta e dos membros representantes do Sindicatos;-----

8- Ofício do CDS/ PP de intervenção em plenário: plano e orçamento em dois mil e catorze, «São Jorge continua a ser o parente pobre»;-----

9- As atas do Município das Velas do dia quinze e do dia vinte e nove de novembro;-----

10- Publicitação do CDS/PP.-----

A Presidente colocou a correspondência à disposição dos deputados e questionou se algum deputado se queria inscrever para dar alguma informação ou apresentar alguma proposta ou requerimento que se insira no período antes da ordem do dia.-----



## Assembleia Municipal de Velas

Nenhuma bancada se quis inscrever pelo que a Presidente passou para o período de intervenção do público, questionando se alguém do público presente queria intervir. Como não houve inscrições a Presidente passou para o período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por parte dos deputados municipais. Informou que o respetivo período tem a duração de uma hora, que seria distribuída equitativamente pelos intervenientes inscritos. Convidou os grupos municipais a inscreverem os deputados para fazerem uso da palavra.-----

-----Inscreveu-se o **deputado João Estrela** que questionou o executivo relativamente: às zonas balneares, nomeadamente a Poça dos Frades, a Preguiça e a piscina municipal; ao parque infantil Entre-os-Morros; à bandeira azul; aos miradouros; à Semana Cultural; ao palco que está na zona do arco; e à animação turística.-----

O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para informar que não têm tempo útil para realizar obras em todas as zonas balneares mas que já está a ser feito o levantamento dos problemas das piscinas municipais para que fiquem em funcionamento na próxima época balnear; está a ser delineada a requalificação total dos balneários da Poça dos Frades e a agilização para reabertura do bar. Contudo, devido à contenção económica, a única medida prevista neste próximo ano, para a Preguiça, é a limpeza dessa zona balnear. Relativamente à questão da bandeira azul, o Presidente afirmou que já está orçamentado a candidatura à bandeira azul, mas informou que devido aos custos inerentes não sabem se têm posteriormente capacidade para mantê-la; quanto aos miradouros, afirmou que existem miradouros que são propriedade do Município, outros são propriedade das Juntas de Freguesia e alguns são propriedade do Governo Regional, mas relativamente aos que pertencem ao Município garante que no próximo ano vão limpar e pintar para tornar os espaços mais agradáveis; em relação ao parque infantil, referiu que os elementos estão bastante degradados pelo que não será possível recuperá-los, no entanto vão tentar arranjar equipamentos novos de madeira tratada, porque entendem que é o único resistente à ressalga mas, explicou, terão de aguardar pelo novo quadro comunitário para fazerem uma candidatura, pois o Município não tem recursos próprios para fazer um investimento novo à medida do que foi feito; referiu que pretendem manter a Semana Cultural, nos limites do orçamento que têm, por isso vão



## Assembleia Municipal de Velas

manter o palco em frente ao arco este ano para a realização desse evento, pois só é possível retirar o palco se o cortarem e desse modo ficariam sem nenhum, pelo que já lá foram analisar e tem segurança para funcionar este ano e posteriormente será retirado; Relativamente à animação turística, mencionou que no verão existe sempre animação pela ilha mas que existe uma verba no orçamento que engloba essas atividades pelo que poderão fazer atuações de filarmónica ou folclore, no jardim ou outro sítio, se entenderem que há turismo que o justifique.-----

-----Inscreveu-se o **deputado Paulo Silva** que agradeceu as questões do deputado João Estrela e acrescentou que, para além dessas questões, pretendia saber se existe alguma calendarização específica para a remoção de entulho de Entre-os-Morros e o custo associado ao aumento da iluminação do parque infantil. Por último, questionou, uma vez que o Município decidiu manter o palco, quem fez a avaliação do mesmo, para aferir que ele é seguro.-----

O **Presidente do Executivo** respondeu que o Município já está a trabalhar na limpeza e manutenção da zona de Entre-os-Morros, incluindo a requalificação dos espaços verdes e a preparação dos passeios para posteriormente serem pavimentados. Quanto ao entulho em concreto, referiu que este faz parte de dois problemas, nesta zona, sendo o outro o estaleiro da Tecnovia que está ao lado. Afirmou que estão a tentar legalizar toda aquela zona, ficando num dos loteamentos o campo de futebol, o parque de campismo e as piscinas, noutra a Escola Profissional, noutra fica a zona com o entulho e o estaleiro, e noutra loteamento uma série de lotes. Afirmou que os inertes terão de ser removidos para a construção do pavilhão de judo, sendo estes resultantes da obra da Escola Básica. Parte da terra já está a ser retirada, inclusive pela Câmara, e o restante foi pedido à empresa para retirar. Quanto à iluminação respondeu que naquela zona nunca foi colocada iluminação pública, por isso já fizeram levantamento do material necessário para resolver a questão. No entanto, aumentaram a iluminação no parque infantil para concederem mais segurança aos habitantes, não sendo significativo o aumento da despesa. Relativamente à segurança do palco, referiu que foi uma análise empírica, que não foi feita por técnicos, mas que verificaram as condições em que o palco se encontra,



## Assembleia Municipal de Velas

afirmando que está sólido para aguentar este ano, mas que se o desmontassem já não seria possível voltar a montar.-----

-----Inscreveu-se o **deputado António Azevedo** que perguntou ao presidente do executivo se já tinham alguma data para o início da recolha seletiva e como prevê solucionar o problema de falta de estacionamento no centro da vila das Velas.-----

O **Presidente do Executivo** respondeu dizendo que quanto à recolha seletiva não têm ainda uma data porque o centro de resíduos não está a funcionar, pelo que a preocupação é manter a recolha de resíduos sólidos como está porque só têm um carro a funcionar, e que apresenta inúmeros problemas. Além disso, acrescentou que para essa recolha além de muitos ecopontos, irão precisar de várias viaturas, por isso a menos que haja uma candidatura no quadro comunitário não conseguem, com orçamento próprio, fazer face à despesa necessária. Quanto ao estacionamento, explicou que têm tido problemas de estacionamento junto à Escola Básica, devido aos carros dos colaboradores lá estacionados porque nos dias em que há barco não permitem a passagem de mais do que um camião. Assim, foram criados mais estacionamentos no projeto dessa zona. Afirma que outro grande problema de estacionamento é na zona histórica, pelo que a solução passa, possivelmente, por construir um parque de estacionamento na zona atrás do tribunal, pelo que pretendem no âmbito da requalificação urbana colocar este projeto, e manifestou que esse parque poderá resolver outro problema, o das *rent- a- car* que ocupam muitos espaços de estacionamento e que, ao mesmo tempo, dará alguma receita ao Município.-----

-----Não havendo mais inscrições neste período, a Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia**.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro**, o deputado Rúben Serpa, que começou por elogiar o trabalho de colaboração da Câmara e congratulou o cumprimento do protocolo com a Junta de Freguesia de Santo Amaro que permitiu assegurar os salários dos trabalhadores. Relembrou o ofício enviado à CMV a solicitar uma reunião com os membros do executivo, a qual não chegou a ser agendada. Questionou quanto à entrada do caminho de Santo Amaro, que sugeriu que poderia ser idêntica à entrada do caminho da Relvinha e que o gabinete da presidência lhe solicitou



## Assembleia Municipal de Velas

um parecer. Quanto ao caminho junto ao cemitério questionou porque não se baixava a cota que poderia facilitar o acesso e se não seria oportuno realizar uma reunião com a Junta para depois elaborarem o parecer.-----

O **Presidente do Executivo** respondeu que já lhe havia sido indicado que iria marcar uma reunião com cada junta, e que se possível irão visitar os locais indicados pelas Juntas. Afirmou que o executivo já reuniu com todas as Juntas, apesar de ainda não ter conseguido reunir uma a uma. Quanto à obra referiu que já explicou e volta a explicar que já enviou ao executivo da Junta as imagens que tinham do projeto e do que pretendem fazer. Referiu que é uma obra candidatada ao PROCONVERGÊNCIA e que, por essa razão, o projeto não pode ser alterado. Disse que relativamente à entrada para a freguesia, como o anterior executivo a alargou muito vão apenas subdividir os triângulos para facilitar os acessos. Explicou que pediu o parecer para que fique registado a opinião do Presidente de Junta, apesar de não poderem alterar o projecto, no entanto podem agendar uma visita para esclarecimentos adicionais.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia das Manadas**, o deputado Vasco Pinto, que referiu sentir que o critério atribuído para distribuição do orçamento pelas juntas tendo por base o FFF, que apenas teve um voto contra, prejudica as Manadas e que, desse modo, poderão ter dificuldades em manter os trabalhadores e poderão ter de despedir um funcionário. Acrescenta que, tal como o executivo pretende agir nas zonas balneares das Velas, que também tem essa preocupação quanto às zonas balneares da sua freguesia, que precisam de manutenção. Pediu que houvesse uma compensação para a freguesia das Manadas para atenuar o prejuízo devido à distribuição dos fundos camarários. Informou ainda, que a sua junta solicitou um funcionário específico da Câmara para trabalhar com eles, por questão de proximidade (da Urzelina), e que a Câmara lhe recusou, sem tentar arranjar uma segunda hipótese para outro funcionário, como existe noutras Juntas.-----

O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para referir que considera todos os presidentes das Juntas seus parceiros. Relativamente à verba, explicou que o valor é o mesmo que de antes, que apenas alterou o critério de atribuição para um que considera mais justo, um critério baseado na população e na área, pois alegou que não é justo dar à



## Assembleia Municipal de Velas

Junta das Velas o mesmo que a outra junta com menos população e área. Explicou que na reunião em que tal ficou decidido, deu duas opções sendo estas a de uma distribuição equitativa ou usando o critério de FFF, ficando o critério de FFF selecionado na votação, apenas com um voto contra, pelo que considerou que houve democracia. Quanto às zonas balneares explicou que o que as Manadas têm não são zonas balneares, são portos de pesca (utilizados também como zonas balneares) que são propriedade do Governo, assim não cabe à Câmara apoiar a sua manutenção, e como o Governo já o fez antes a Junta pode solicitar novamente esse apoio. Realçou que o critério estabelecido para o orçamento lhe pareceu o mais justo e que o Presidente da Câmara não tem qualquer responsabilidade pela falta de gestão do orçamento da Junta que implique despedimentos. Quanto ao pedido do funcionário, explicou que questionou pessoalmente o funcionário se queria ir trabalhar para a Junta das Manadas, e que esse além de que é imprescindível para a Câmara referiu que não queria ir trabalhar para a Junta. Terminou referindo que apenas não sugeriu outra solução porque a Junta foi específica ao referir qual o funcionário que queria sem indicar que poderia ser outro.----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia das Manadas** voltou a usar a palavra para dizer que na reunião não tiveram tempo de encontrar outra solução e que na altura ninguém pensou nos prós e nos contras, pelo que não perceberam que o novo método beneficia as Velas e Norte Grande e prejudica as Manadas e a Urzelina. Quanto às zonas balneares das Manadas referiu que até podem não ser zonas balneares mas que são das melhores existentes no Concelho. Acrescentou acerca do funcionário, que do mesmo modo que o Presidente do Executivo falou com o funcionário, também falou com ele e que, precisamente por ser alguém específico e não aleatório, lhe perguntou se ele queria ir trabalhar para a Junta ao que esse lhe respondeu que o Presidente da Junta experimentasse fazer o pedido ao Presidente do Executivo.-----

O **Presidente do Executivo** voltou a tomar a palavra para concluir que o Presidente do Executivo não pode convocar os presidentes de junta para uma reunião porque não tem poderes para isso, que apenas convidou para uma reunião. Voltou a mencionar que o critério escolhido foi o votado, e que se considerarem que não é justo podem propor outro. Contudo, salientou que igualdade não é freguesias com áreas muito diferentes



## Assembleia Municipal de Velas

receberem valores iguais, tal como não poderia a Câmara Municipal das Velas receber o mesmo que outras maiores porque têm mais população, mais área, mais problemas. Explicou que as Manadas são a Junta mais pequena (que tem menos população e menos área), e que perdem cerca de onze mil euros mas o Norte Grande apenas recebe mais três mil setecentos e oitenta euros num ano, e exemplificou com o caso da Urzelina que beneficiam de património, propriedade do Município, e são quem o explora e recebe as receitas. Salientou que algumas Juntas têm funcionários da Câmara e outras não, e que colaboram com as Juntas de outras formas, mas que têm de se adaptar à realidade de cada Junta. Concluiu explicando que o funcionário disse que não queria ir trabalhar para a Junta das Manadas enquanto lá estivesse um dos funcionários com quem tinha desentendimentos e que o Presidente da Junta lhe disse que ia tratar disso, pelo que concluiu que se esse presidente pretende despedir um funcionário não pode aceitar que seja imputada essa responsabilidade à Câmara.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro** que mencionou ter apresentado um terceiro critério para distribuição da verba, por quilómetro de curso de água ou de caminho municipal. Referiu que provavelmente Santo Amaro seria a Junta com maior número de quilómetros de caminho municipal. Acrescentou que têm trabalhado na limpeza dos caminhos municipais sem a colaboração da Câmara Municipal e questionou se continua o serviço ou se espera que o mesmo lhe seja solicitado.-----

O **Presidente do Executivo** usou a palavra para repetir que foram votados dois critérios, e que perguntou se alguém queria apresentar uma proposta concreta para colocar a votação, o que não aconteceu. Referiu que não se pode encontrar um critério por caminhos e cursos de água porque não faz sentido, mas que se os presidentes de Junta considerarem que faz que o digam, apesar de considerar que será uma disparidade. Quanto às responsabilidades das Juntas explica que a nova lei nº75/2013 atribui novas responsabilidades às Juntas, apesar de não darem mais dinheiro, e explica que, houve a preocupação em colocar no orçamento as verbas para as Juntas de Freguesia por despesa corrente, para permitir a delegação de competências, nomeadamente quanto à manutenção de caminhos municipais. O Presidente explicou, por último, que existe um



## Assembleia Municipal de Velas

critério de igualdade para todos, e que tem de haver colaboração, exigindo alguma abertura e parceria para obter um concelho melhor.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia das Velas**, o deputado Hélio Rosa, que convidou todos os membros da Assembleia a visitarem a freguesia para verem todo o trabalho que esta Junta já realizou desde que tomou posse. -----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que não lhe compete avaliar o trabalho dos presidentes das juntas, apenas pode ter a sua opinião pessoal, mas que poderá visitar as obras. Explicou que não duvida das capacidades de nenhum presidente das Juntas do Concelho.-----

----- A senhora **Presidente da Assembleia** aceitou o convite do Presidente da Junta de Freguesia das Velas, pelo que posteriormente irão combinar o dia e hora e comunicar o mesmo aos senhores deputados municipais, de forma a fazerem uma visita em conjunto.-----

-----Terminado o período antes da ordem do dia, iniciou-se o **período da ordem do dia**.-----

-----Iniciado o **primeiro ponto** da ordem do dia, com base na informação escrita do Presidente do Executivo, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo. Esse referiu que queria dar uma noção do trabalho que foi desenvolvido do modo mais esclarecedor possível e que está sempre disposto a dar esclarecimentos.-----

Posto isso, a **Presidente da Assembleia** deu a palavra aos deputados municipais para se inscreverem, de modo a serem esclarecidos pelo Presidente do Executivo.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Sandra Fontes** que pediu esclarecimentos sobre a fase processual dos três processos que o Município de Velas tem a decorrer em tribunal, sobretudo quanto ao processo da Massa Insolvente da Castanheira & Soares.---

O **Presidente do Executivo** respondeu que o processo da Massa Insolvente da Castanheira & Soares contra a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge (ADISJ) é o processo mais complicado que têm, pese embora o processo que está no Município não seja o da ADISJ mas um processo inerente a esse e autónomo, que se deve às declarações proferidas pelo anterior presidente do executivo quando afirmou na comunicação social que tinha pago à Castanheira & Soares a dívida da ADISJ. Desse



## Assembleia Municipal de Velas

modo, explicou, a empresa colocou um processo, à parte do que tinha contra a ADISJ, contra o senhor Manuel Silveira enquanto Presidente do Município das Velas e enquanto Presidente da ADISJ, alegando que o facto de o antigo presidente ter dito que tinha pago quando afinal não o fez, contribuiu para a insolvência da empresa porque, desse modo, os credores da empresa deixaram de lhes dar crédito, resultando na insolvência da empresa, pelo que pedem a indemnização. Relativamente aos restantes processos, pediu para dar a palavra à Vereadora Janete Fonseca.-----

Após a autorização da Presidente da Assembleia e dos deputados municipais, a **Vereadora** tomou a palavra para explicar que, relativamente ao processo da Malha Cinzenta, essa empresa, comprou um prédio urbano, sobre o qual alega que pediu ao Município que lhe enviasse cópia do processo de licenciamento, incluindo os projetos de licenciatura e especialidade, mas que o mesmo apenas lhe enviou o alvará de licença de construção sem os projetos, além disso alegam que o Município considerou que uma vez que a licença tinha caducado teria de ser renovada pelo que o processo recomeçaria. Ainda no mesmo processo, respondeu que essa empresa alega que perdeu a hipótese de venda desse prédio, pelo que pede ao município uma indemnização no valor de um milhão e duzentos e oitenta mil euros, por perda da possibilidade de venda do mesmo. Por último referiu que este processo não teve mais andamento, pelo que está a aguardar data de julgamento. Referiu quanto ao processo do Sr. Martinho, que se centra num licenciamento de construção numa zona em que existem restrições de construção e posterior embargo de obra, processo que está nesta data em fase de alegações finais.-----

-----Inscreveu-se a **deputada Liliana Almeida** que quanto à reunião do executivo com a Associação Amigo Animal, questionou se deixando de haver protocolo entre o Município e a Associação, passando este para a ADISJ, pretende o Município apoiar essa Associação financeiramente. Por último, solicitou esclarecimentos sobre a gestão de alimentos para animais, resultante de contribuições de munícipes e juventudes partidárias.-----

O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para informar que receberam uma inspeção veterinária devido a queixas de maus tratos aos animais e acrescentou que o enunciado na lei é que devem ter um centro de recolha e não um canil. Referiu que ficou



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Fialho'.*

## Assembleia Municipal de Velas

acordado um protocolo com a ADISJ, em que a ADISJ assumirá a função principal de cuidar do bem-estar animal, a partir do dia um de janeiro, e a Associação Amigo Animal terá uma participação ativa podendo acompanhar o processo de gestão do canil e auxiliar no cuidado aos animais. Quanto à comida referiu que esta se encontra no armazém municipal a pedido da associação, pois anteriormente esta desaparecia por vandalização do espaço que utilizavam.-----

-----Inscreveu-se o **deputado Paulo Silva** que pediu ao Presidente do Executivo esclarecimentos sobre os assuntos abordados na reunião de doze de novembro com o Dr. Carlos Farinha, o Dr. Hélder Fialho e com o Engenheiro Adriano Rosa, nomeadamente o ponto de situação dos projetos do PROCONVERGÊNCIA. Pediu, além disso, que o Presidente lhe desse um ponto de situação da cobrança efetiva do saldo em dívida do abastecimento de água, sobretudo quanto aos grandes devedores, e se existe alguma medida quanto a uma possível prescrição dos pagamentos em atraso.---  
O **Presidente do Executivo** usou da palavra para explicar que a reunião surgiu para tratar de assuntos das empresas municipais, nomeadamente da VelasFuturo E.E.M., que está em liquidação, pois o Dr. Hélder Fialho é o financeiro responsável pelas candidaturas ao PROCONVERGÊNCIA, o Dr. Carlos Farinha é o jurista contratado para a liquidação da empresa municipal, e o Engenheiro Adriano Rosa é o projetista responsável pelos projetos candidatados aos fundos comunitários. Desse modo, referiu que quis confrontar os três com os problemas encontrados, sendo que ficaram surpresos com a situação apresentada e salvaguardaram-se com *e-mails* enviados. Relativamente aos projetos apresentados explicou que a empresa municipal VelasFuturo E.E.M. concorreu com quatro obras ao PROCONVERGÊNCIA: a obra de requalificação dos muros do Caminho da Piedade, duas empreitadas de pavimentações nas diversas freguesias do concelho, e a obra de beneficiação e remodelação da Casa Cunha da Silveira. A obra da requalificação dos muros da Piedade, o primeiro pacote de pavimentações e o segundo pacote de pavimentações estão dadas como concluídas e a obra de beneficiação e remodelação da Casa Cunha está a decorrer. O Presidente informou que o PROCONVERGÊNCIA adiantou parte do dinheiro, um milhão e cem mil euros, e que a empresa fez um empréstimo a curto prazo, para fazer face à despesa



## Assembleia Municipal de Velas

das empreitadas para depois pedir o contra-reembolso e pagar ao banco, mas a administração da Velas Futuro E.E.M. gastou quase a totalidade do dinheiro sem pagar o empréstimo ao BESA, e agora não há dinheiro para o pagar. Acrescentou que, de momento, estão a tentar submeter recibos do que conseguiram apurar que foi pago. Referiu que a Câmara candidatou quatro projetos para aos fundos comunitários desde que está na sua gestão, incluídos no orçamento para dois mil e catorze. Quanto ao projeto da Casa Cunha da Silveira diz que é muito complexo, há um contrato ARAAL com o Governo Regional para recuperar as cavalariças que seriam posteriormente cedidas como sede para os escuteiros mas a pedra desapareceu. Estão agora a avaliar a obra para conseguirem recuperar as cavalariças e colocar a laje que foi retirada. Além disso, mencionou que foram feitas reuniões separadas também para obterem pareceres sobre assuntos do Município. Quanto às redes de água e às cobranças referiu que enviaram os ofícios, como enunciou na última sessão da Assembleia: alguns foram devolvidos e, por isso, vão fazer chegar em protocolo. O plano de pagamentos foi feito, cumpre a legalidade, a assinatura do consumidor tem de ser reconhecida, e já têm alguns planos de pagamento feitos e assinados. O Presidente referiu que a lei enuncia que não há obrigação de pagarem o que é dívida de água com mais de seis meses, contudo o município pode aceitar esse pagamento, além disse mencionou que só assumem planos de pagamento com quem de boa-fé assumir a sua dívida de água na totalidade e que quem não quiser pagar o consumo superior a seis meses não terá essa opção; muitas têm sido as reclamações feitas, às quais têm tentado responder no seu todo. Quanto à União de Cooperativas que é o maior devedor, já transmitiram ao Município que até ao final do ano irão pagar parte do valor da dívida e para o restante farão plano de pagamento; Além disso, há uma deliberação do anterior executivo, e agindo de acordo com a boa fé da União de Cooperativas estão a ceder-lhes o excesso de água de uma fonte, durante os meses de inverno em que há excedente.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto dois** da ordem do dia, quanto à nomeação de elementos para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge. Perguntou se algum grupo municipal queria apresentar propostas com nomes à mesa.-----



## Assembleia Municipal de Velas

-----Inscreveu-se a **deputada Sandra Fontes**, do grupo municipal do PS, que propôs a Dra. Rosa do Céu Pinto e a Enfermeira Maria da Luz Silva das Graças.-----

-----Inscreveu-se o **deputado António Azevedo**, do grupo municipal do PSD, que propôs como elementos um deputado do PSD e um deputado do PP, propondo que o deputado do PSD seja o senhor deputado António Azevedo.-----

A **Presidente da Assembleia** informou que seria considerado a “proposta A” a do grupo do PS e a “proposta B” a do grupo do PSD; e informou que como se trata de uma votação com nomes seria por escrutínio secreto, pelo que se procedeu à distribuição dos boletins de voto. A Presidente mencionou que no seguimento da proposta do PSD seria necessário a indicação pelo PP do nome a ser considerado para a lista, dando a palavra ao líder municipal do PP.-----

-----O **deputado João Estrela** afirmou que não estava à espera desta proposta, pelo que apenas no caso de ser eleita a “proposta B” indicariam um nome.-----

Recolhidos os votos e entregues à mesa, a **Presidente da Assembleia** indicou que receberam **treze votos para a lista A e oito votos para a lista B**. Pelo que mencionou que quem fará parte do conselho consultivo serão as deputadas Rosa Pinto e Maria da Luz Graças, **da proposta A**.-----

O **deputado António Azevedo** ressaltou que devido à ligação das pessoas escolhidas com a Unidade de Saúde que poderia haver, não tendo certeza, incompatibilidade de funções a desempenhar este cargo.-----

O **deputado Paulo Silva** questionou se, não havendo essa certeza da parte do grupo municipal do PSD, o grupo do PS tinha a certeza do contrário, ou seja, que não houvesse incompatibilidade.-----

A **deputada Sandra Fontes** mencionou que procuraram ver se havia alguma disposição mas não encontraram, e que, além disso, como é apenas um conselho consultivo não parece haver incompatibilidades.-----

A **Presidente da Assembleia** concluiu que caso a Unidade de Saúde considere haver alguma incompatibilidade informará a Assembleia e voltarão a trazer o assunto à sessão para nomear novos elementos.-----



## Assembleia Municipal de Velas

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto três** da ordem do dia. Nesse sentido, pediu ao deputado Paulo Silva a leitura do parecer da Comissão Permanente sobre o orçamento da receita e da despesa e as grandes opções de plano para dois mil e catorze.-----

Após a leitura do referido parecer (em anexo à ata), o deputado Paulo Silva enunciou que a Comissão Permanente dá um **parecer favorável** ao orçamento e grandes opções de plano para dois mil e catorze.-----

O **Presidente do Executivo** tomou da palavra e explicou que o orçamento foi feito com base no que diz a lei, através da média da receita dos últimos vinte e quatro meses, de setembro de dois mil e onze a setembro de dois mil e treze. Considerou que será um dos orçamentos mais baixos, no valor de cinco milhões cento e dezoito mil euros mas que é a realidade possível. Explicou que tentaram ser criteriosos naquilo que são os compromissos do Município na despesa corrente, e tentaram reter alguma margem para investimentos para o Concelho. Quanto às Grandes Opções do Plano mencionou antecipadamente, uma vez que se inclui no mesmo ponto mas sofrerá votação em separado, que estas são as obras a candidatar no âmbito do quadro comunitário ao PROCONVERGÊNCIA. Já foi aprovada a candidatura do projeto da rede de água na zona histórica das Velas, Ribeira do Almeida e Ribeira do Nabo, em que as redes estão obsoletas e não existem contadores de água, criando mais igualdade entre os cidadãos e aumentando a receita do Município; para além dessa, foram candidatas a obra do pavilhão de judo e do campo municipal, a escola primária das Velas, e o auditório municipal. Explicou que deram prioridade a estas obras porque o próximo quadro comunitário, que se iniciará a um de janeiro, não permite candidaturas de infraestruturas de caráter cultural e de caráter desportivo porque a Região Autónoma dos Açores é considerada uma das regiões da Europa com mais infraestruturas deste género *per capita*. Acrescentou, relativamente à EB1/JI de Velas que existe a dúvida se essa ficará ou não em funcionamento após a conclusão do novo edifício da EBS de Velas, contudo justificou que mesmo perante um encerramento, continua a ser um edifício no centro das Velas com utilidade para algumas instituições, pelo que deve ser reparado. Quanto ao campo de jogos municipal, o projeto inclui a colocação de sintético, criação de casas



## Assembleia Municipal de Velas

de banho públicas e pintura e reparação de todo o edifício. Quanto ao auditório pretende resolver a questão de infiltrações e os problemas que impedem a visualização de filmes, assegurando uma autonomia para eventos. Explicou que estes projetos são muito grandes para fotocopiar para todos os deputados, conquanto explicou que esses estão disponíveis na Câmara para que os consultem sempre que necessário. Quanto aos encargos de luz explicou que foi apresentada a despesa real, sendo que a luz pública está numa rubrica à parte, que inclui o armazém municipal, as estações elevatórias e os furos, o campo municipal de Velas e o da Urzelina. Quanto à rubrica de «trabalhos especializados» explicou que não está ao pormenor esplanada mas que inclui o contrato com a Câmara Municipal de Angra para a vinda do Aferidor, a contratação do Revisor Oficial de Contas, a manutenção de *software* do Município, o acordo com o jurista, entre outros. Além disso, salientou que existe uma rubrica «outros» para uma eventualidade, e se não for usada poderá ser aplicada noutra rubrica que necessite.-----

A **Presidente da Assembleia** questionou se algum deputado municipal se pretendia inscrever.-----

-----Inscreveu-se o **deputado António Azevedo** que perguntou ao presidente do executivo qual a rubrica em que estava cabimentado o apoio às instituições, que esse mencionou na resposta dada ao deputado João Estrela sobre a animação turística, o valor disponível e qual o critério para atribuição desse valor, quer às associações culturais, quer às desportivas. Por último mencionou que o critério para atribuir o orçamento às Juntas de Freguesia não foi de igualdade pois não considera justo retirarem onze mil euros à Junta das Manadas para distribuir pelas restantes. Num critério justo mantinha os trinta mil euros a cada Junta e reforçava a rubrica com mais quinze mil euros. Quanto aos edifícios cedidos a instituições na Urzelina e nas Manadas, são de louvar porque estes contribuem para a manutenção dos mesmos. Além disso, nas Manadas estes edifícios não trazem receitas.-----

O **Presidente do Executivo** tomou a palavra para dizer que não ia voltar a explicar o critério de distribuição do orçamento às Juntas, contudo que não permitia que o deputado referisse que o Presidente tirou de umas freguesias para dar às outras com um tom que se assemelha a roubar. Concluiu que o critério foi a votação, pelo que houve



## Assembleia Municipal de Velas

democracia, referiu que aguarda propostas, mas entretanto fica aquele que foi aprovado com cinco votos a favor e apenas um contra, as Manadas. Explicou, quanto às instituições, que o referido foi com o intuito de explicar que há instituições com as quais a Câmara colabora, e exemplificou com a Urzelina e as Manadas, até com edifícios seus, e que considera bem, e que louva essas instituições, explicou que quis mencionar uma colaboração que é importante e que a Câmara não só cede os edifícios como lhes paga a eletricidade, mas que podia dar outros inúmeros exemplos. Quanto à questão de apoio às instituições, o Presidente explicou que não tem nenhuma verba dirigida diretamente às instituições, mas que têm verba para lhes pagar quando participarem em atividades para o Município, vislumbrando-se isso na rubrica 02022509, destinando para animação cultural cinco mil euros, além disso existe verba cabimentada para a Semana Cultural, para o Encontro de Reis, para o Dia das Montras, e para as Festas de São Jorge. Quanto às instituições de caráter desportivo, explicou que colaboram muito com estas. A Câmara investiu recentemente num relvado sintético na Urzelina, no campo das Velas, que já tem relvado sintético há algum tempo mas já existe projecto para a sua recolocação, e no futuro pavilhão de judo. Tem também um protocolo com o Grupo Desportivo Velense que explora o parque de campismo em troca da receita do bar e de terem uma sede. Por último, em jeito de conclusão explanou que o deputado não podia dizer que o Presidente arranjasse dinheiro sem explicar de onde esse deve ser retirado e onde deve aplicá-lo, desafiando-o a explicar.-----

O **deputado António Azevedo** usou a palavra para dizer que relativamente ao dinheiro para arranjar, os quinze mil euros, que olhando para a rubrica dos ordenados era muito fácil de perceber. Quanto às instituições lamenta que no Dia das Montras tenha sido convidada uma filarmónica do Concelho da Calheta e não das Velas, à semelhança do que aconteceu no jantar de Natal.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que quanto ao aumento dos ordenados, que a Comissão Permanente explicou no seu relatório que era perceptível, um aumento de vinte e nove mil euros, que consideram que se deve às nomeações do gabinete do presidente mas diz-lhe que não aumentaram os custos, que o Presidente nomeou um Chefe de Gabinete e um Adjunto, como sempre aconteceu; que o aumento de custos com pessoal



*Handwritten signature in blue ink.*

## Assembleia Municipal de Velas

se deve à dissolução da VelasFuturo E.E.M. em que a Câmara ficou com os seis funcionários, um custo que antes não existia.-----

Quanto ao critério de convidar instituições para o dia das montras explicou que este partiu do Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge que, com o seu orçamento, convidou uma filarmónica de cada concelho, a do Concelho da Calheta aceitou e que as do Concelho das Velas não, pelo que não lhes cabe interferir. Mas, acrescenta que o grupo empresarial também convidou os dois grupos folclóricos do Concelho. Quanto ao jantar de Natal, explicou que foram convidadas todas as instituições do Concelho a apresentar propostas mas que algumas nem responderam ao pedido. Referiu que para festividades de São Jorge serão convidadas todas as filarmónicas a participar na procissão, cabe-lhes escolher se querem ou não fazê-lo.-----

-----Inscreveu-se o **deputado Paulo Silva** que agradeceu a amabilidade do Presidente do Executivo que se reuniu com os líderes dos partidos, ou representantes desses, em que explicou o que seria o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, em que o grupo do PSD apenas colocou questões quanto às despesas de gestão do pavilhão de judo quando estiver em funcionamento, as quais foram esclarecidas pelo Presidente. Também como observação, referiu que não se percebe uma estratégia a longo prazo para desenvolvimento local a implementar neste primeiro ano de mandato; Explicou que compreendem que é o primeiro orçamento e que apenas poderão dar futuras observações após verificarem uma execução orçamental. Concluiu que pretendem colaborar e que como é o primeiro orçamento **o voto será o da abstenção.**-----

O **Presidente do Executivo** respondeu que espera manter um espírito de total abertura e transparência, que com o passar do tempo irão ver que é franca e honesta. Acrescentou que quanto ao orçamento respeita a votação do PSD mas que tiveram tempo de explanar o seu direito à oposição ao invés de se absterem, pelo que poderiam chegar a um consenso, e lamenta-o. Quanto ao pavilhão de judo, explicou que a gestão será do Judo Clube de São Jorge mas que durante cinco anos não o podem ceder definitivamente, contudo têm a preocupação de colocá-lo num lote à parte para que futuramente não seja um problema.-----



## Assembleia Municipal de Velas

O **deputado Paulo Silva** explicou que quando o Presidente diz que há uma desresponsabilização por parte do grupo municipal do PSD não é verdade, porque o que pretendem ao abster-se é dar uma oportunidade ao executivo de elaborar e executar o trabalho que têm em mente.-----

A **Presidente da Assembleia** colocou a votação o orçamento para dois mil e catorze: contabilizaram-se **sete abstenções** do grupo municipal do PSD e **treze votos a favor** dos grupos municipais do CDS-PP e PS. Posteriormente colocou a votação as grandes opções do plano para dois mil e catorze: não tendo a Presidente participado nas votações, contou-se **sete abstenções** do grupo municipal do PSD e **treze votos a favor** dos grupos municipais do CDS-PP e PS. A proposta foi aprovada por maioria e em minuta para imediata executoriedade.-----

-----A **deputada Sandra Fontes** pediu para fazerem uma declaração de voto oral, cuja declaração a Presidente da Assembleia pediu que depois entregassem por escrito. A deputada municipal procedeu à leitura da declaração de voto, justificando a votação favorável do grupo municipal do PS ao orçamento e às grandes opções do plano para dois mil e catorze.-----

-----O **deputado João Estrela** congratulou-se em representação do CDS/PP pela votação do grupo municipal do PS que colocou em primeiro lugar os interesses do Concelho, colocando de parte idealismos partidários.-----

-----A **Presidente da Assembleia**, devido à hora e aos pontos em falta para o fim da sessão, questionou os deputados se pretendiam dar por terminada a sessão e continuá-la no próximo dia, segunda feira, ou prolongar a mesma. Desse modo, prosseguiu com a votação.-----

Perante o voto favorável dos três grupos municipais no prolongamento a Presidente da Assembleia declarou que a sessão iria prosseguir.-----

A **Presidente da Assembleia enunciou que iria usar o seu direito de voto conforme exposto no artigo 41ºnº3 «O Presidente da Assembleia apenas utiliza o seu direito de voto quando expressamente o declare à Assembleia».**-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto quatro** da ordem do dia. Desse modo, procedeu à leitura da proposta de deliberação aprovada pelo Executivo



## Assembleia Municipal de Velas

quanto à assunção de compromissos plurianuais, que depende de solicitação de aprovação prévia pela Assembleia Municipal, passando a palavra ao Presidente do Executivo para esclarecer os senhores deputados municipais.-----

----- O **Presidente do Executivo** explicou que o documento refere-se a uma operação genérica que decorre da lei, prática comum nos Municípios, e que se justifica porque pretendem que sempre que haja divisão de despesa para o outro ano do que está contratado, aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, não tenham de trazer à Assembleia para subdivisão. Referiu que o pretendido é que o Presidente do Executivo possa efetivamente subdividir a despesa em contratações de um ano que se subdividem em dois anos, até a um limite de noventa e nove mil euros.-----

A **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém se queria inscrever. Como não houve inscrições colocou o documento a votação: sendo a **proposta aprovada por unanimidade e em minuta**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto cinco** da ordem do dia, quanto à contratação de empréstimo de curto prazo. Quanto a este ponto, procedeu à leitura da proposta de deliberação aprovada pelo executivo, na qual leu que se iria *formar uma comissão de abertura e análise das propostas compostas pelos seguintes elementos: vogais efetivos vereadora Janete Fonseca, Jorge Humberto Henriques e Ricardo Prudêncio e como vogais suplentes Manuel Luciano Ávila e Mário Soares; tendo sido a presente deliberação aprovado por maioria e em minuta para imediata executoriedade, com votos favoráveis dos eleitos pelo CDS/PP e do PS e com abstenção do PSD representado pelo senhor Paulo Silveira*. A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que se trata de um empréstimo a curto prazo previsto apenas para provir os défices de tesouraria, pois estão adstritos à nova lei dos compromissos que enuncia que em todas as despesas que são feitas a verba tem de estar em depósito para depois se poder cabimentar a despesa. Referiu que essa lei faz com que por vezes não tenham a verba no momento para fazer face à despesa, por isso ou têm tesouraria ou têm de parar qualquer ação do Município. Explicou que é um empréstimo que terá de ser liquidado no mesmo ano, ou seja, feito e pago em dois mil e



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Alfonso'.*

## Assembleia Municipal de Velas

catorze; e que o executivo entendeu que este empréstimo facilita uma melhor gestão das contas do Município, para que os processos sejam mais céleres. Para isso, enunciou que consultaram cinco instituições bancárias com sede no Concelho, e que três apresentaram propostas, sendo que uma delas tem a melhor taxa de juro, de três ponto sete por cento.-

A **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos senhores deputados municipais se pretendiam inscrever. Não havendo inscrições, prosseguiu com a votação: **treze votos a favor**, do grupo municipal do CDS-PP e do PS e **oito abstenções** do grupo municipal do PSD. A proposta foi **aprovada por maioria e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente passou para o **ponto seis** da ordem do dia, relativo à análise ao relatório de auditoria do semestre de dois mil e treze, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que não tem muito a acrescentar ao relatório do primeiro semestre, referiu que o relatório não faz grande reparo à gestão da autarquia, apesar de não serem responsáveis por essa gestão pelo que apenas são responsáveis pela gestão a partir do dia vinte de outubro, que basicamente o relatório se refere à cobrança da água e às empresas municipais e que explicam que só poderão fazer uma análise mais pormenorizada no relatório do final do ano.-----

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para explicar que no último parágrafo da página quatro referem um decreto-lei, corrigindo para que se trata de uma lei. Perguntou se havia inscrições, sendo este ponto apenas informativo não houve inscrições.-----

-----Assim, a Presidente passou para o **ponto sete** da ordem do dia, relativo a uma adenda ao Contrato Programa nº1/2009 celebrado entre o Município de Velas e a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge. A Presidente prosseguiu com a leitura da proposta de deliberação, *que foi aprovada pelo executivo por unanimidade e em minuta*. Deu a palavra ao Presidente do Executivo.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que a Câmara tem um contrato celebrado, em dois mil e nove, com a ADISJ em que transfere anualmente oitenta e cinco mil trezentos e quarenta e dois euros e oitenta e um cêntimos, e que o contrato termina no ano de dois mil e quinze, resultante de um empréstimo que a escola fez e que a Câmara assegurou o



## Assembleia Municipal de Velas

*Handwritten signature in blue ink.*

seu pagamento com esta transferência anual. O contrato não menciona como é feito o pagamento, apenas indica o valor anual, desse modo explicou que segundo a lei dos compromissos se o contrato não referir o número de prestações este é pago de uma tranche única, pelo que a Câmara teria de dispor da quantia total para transferir de uma só vez. Assim, o proposto, e que a ADISJ aceitou, é que fique estipulado que será feito o pagamento do valor acordado, que consta do orçamento, por doze tranches mensais.---  
A **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém se queria inscrever, e na falta de inscrições colocou o documento a votação: o documento foi **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**.-----

-----A **Presidente da Assembleia** prosseguiu com a sessão, passando para o **ponto oito** da ordem do dia, quanto a uma adenda ao contrato programa nº29/2007 entre a VelasFuturo, E.E.M.. Desse modo, prosseguiu com a leitura da proposta de deliberação *aprovada pelo Executivo por unanimidade e em minuta*, após a qual deu a palavra ao Presidente do Executivo.-----

O **Presidente do Executivo** usou a palavra para explicar que a norma é a mesma do contrato programa anterior mas no presente caso celebrado com a VelasFuturo E.E.M. contudo, este contrato só termina no ano de dois mil e vinte e sete e tem estipulado a transferência anual de trezentos e catorze mil euros, pelo que, a Câmara solicitou uma adenda ao referido contrato para transferirem o valor total de uma só vez, explicando que esse valor entregue à VelasFuturo E.E.M. e utilizado para pagar o empréstimo da Terra de Fajãs E.M.S.A. pago em junho e dezembro, pelo que a empresa não necessita de receber o dinheiro de uma só vez, por isso, sugeriram o pagamento trimestral, totalizando o valor do contrato programa. Reiterou que o objetivo da adenda seria o mesmo do ponto anterior.-----

A **Presidente da Assembleia** convidou os deputados municipais a pronunciarem-se sobre o ponto em questão. Ninguém participou pelo que colocou o documento a votação: foi **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata excecutoriedade**.-----

-----A Presidente passou para o **ponto nove, aditado à ordem do dia**, quanto à proposta de nomeação do representante do Município na empresa Terra de Fajãs



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luís' or similar.*

## Assembleia Municipal de Velas

E.M.S.A.. Desse modo procedeu à leitura do documento no qual *perante anterior renúncia ao cargo e destituição do anterior executivo camarário devido ao fim do mandato, cumpre à Câmara Municipal designar o representante do Município nas empresas municipais pelo que **elegem o senhor Luís Virgílio de Sousa da Silveira** para representante do município da Assembleia Geral da empresa Terra de Fajãs. Esta proposta, sujeita a reunião da Câmara foi nessa aprovada por unanimidade e em minuta.*-----

O **Presidente do Executivo** usou a palavra para dizer que a empresa VelasFuturo E:E.M. está em dissolução mas a Terra de Fajãs E.M.S.A. não, pelo que esta última necessita de um Conselho de Administração e a lei diz que cabe à Câmara nomear o seu representante na Assembleia Geral, que será o Presidente do Executivo, que posteriormente será nomeado o Conselho de Administração para a empresa. Adiantou que, de acordo com a lei, um dos três membros do Conselho de Administração pode ser remunerado até ao valor do ordenado do vereador a tempo inteiro, mas que a intenção é ter um Conselho de Administração que trabalhe em *pro bono* para não aumentar mais a despesa da empresa. Referiu que tem noção de não ser uma tarefa fácil mas que pretende que sejam pessoas das presentes na sessão, desejando que haja bom senso e boa vontade para trabalharem nesse âmbito.

A **Presidente da Assembleia** referiu que é um ponto apenas para apreciação e não para nomeação pelo que perguntou se alguém se pretendia inscrever mas não houve resposta.

-----A Presidente prosseguiu com a sessão, passando para o **ponto dez**, relativo à nomeação de liquidatário para a empresa VelasFuturo E.E.M.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo.

O **Presidente do Executivo** explicou que a função de um liquidatário é liquidar dívidas e tentar obter receita para pagar dívida até que a empresa seja extinta. Explicou que consideraram que o melhor seria a Câmara nomear, pelo que foi escolhido um jovem da terra e licenciado em economia, acordando com ele um valor, por trabalho independente. Explicou que a qualquer momento se poderá mudar de liquidatário, caso as coisas não corram como desejado, quer por iniciativa da Câmara quer por iniciativa



## Assembleia Municipal de Velas

do nomeado mas que consideram a pessoa competente devido à área e à experiência de trabalho.-----

A Presidente da Assembleia perguntou se alguém se pretendia inscrever.-----

-----Inscreveu-se o **deputado Paulo Silva** que saudou o Município pela aposta num jovem do Concelho e felicitou, por conhecimento pessoal, a escolha do jovem devido ao reconhecimento das suas competências técnicas e fazendo votos de sucesso ao Dr. Hugo Teixeira para superar o desafio.-----

A Presidente da Assembleia colocou o documento a votação: a proposta foi **aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----A Presidente **pediu a aprovação em minuta dos membros nomeados para o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge.** Ficou, assim, **aprovado por unanimidade que seja o referido documento aprovado em minuta.**---

-----Finda a ordem de trabalhos, a Presidente desejou um bom ano a todos, com muito trabalho em prol do desenvolvimento do concelho e **deu por encerrada a sessão.**-----

-----**Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
*João José Luís Pereira*  
*Luís de Jesus Luís dos Reis*  
*Alfonso*



## **Comissão Permanente da Assembleia Municipal das Velas**

### **Análise e Parecer ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2014**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze pelas 20H00, reuniu a Comissão Permanente no edifício dos Paços do Concelho tendo como ponto único da ordem de trabalhos a análise e emissão de parecer sobre o Orçamento e Grande Opções do Plano para o ano de 2014.

#### **Introdução**

O atual quadro macroeconómico apresenta ainda incertezas e condicionantes que poderão influir negativamente na Economia e Sociedade portuguesas ao longo dos próximos anos, sendo este efeito transversal a todos os sectores e especialmente sentido nas zonas mais periféricas do País, como é o caso do Concelho das Velas.

Com base nesta premissa importa gerir os recursos públicos de forma criteriosa e com grande rigor, pautando pelo cumprimento estrito das estratégias delineadas, sob pena de agravar ainda mais uma situação económico-financeira já de si fragilizada.

A presente análise e parecer procuram espelhar uma visão alargada dos documentos apresentados pelo executivo camarário, tendo sido vistos com espírito crítico, todavia tolerante e aberto a que as escolhas e políticas seguidas pelo novo executivo se traduzam, efetivamente, em políticas que contribuam para uma melhoria do bem-estar da população, bem como para a criação de condições que promovam o futuro do desenvolvimento local.

#### **Do Orçamento Municipal**

Numa análise global e abrangente o orçamento apresentado para o ano de 2014 reflete as condicionantes inseridas na proposta do Orçamento de Estado 2014, que se traduz numa redução efetiva da receita por via da diminuição dos montantes a transferir do Estado para os Municípios, obrigando a um esforço adicional em termos da aplicação de uma gestão cuidada e eficaz dos recursos disponíveis.

Do lado da despesa, é notório o esforço financeiro que o Município tem de dispensar, sendo que o total das despesas correntes representa cerca de 62% do orçamento, deixando apenas 29% do mesmo para despesas de capital, onde se incluem as rubricas para o investimento e desenvolvimento local.

Esta disparidade entre os custos de suportar o funcionamento do Município e as verbas alocadas ao investimento geram alguma preocupação, no entanto, percebe-se que são situações que, no curto prazo, não são passíveis de sofrer alterações significativas.

Analisando com mais pormenor algumas rubricas inscritas na despesa, importa referir a preocupação demonstrada por parte de alguns membros desta Comissão no que toca às dotações para as rubricas: "020201 – Encargos das instalações" com 342.000 euros inscritos e "020220 – Outros trabalhos especializados " com valor de 125.659 euros.

Por outro lado, foi com agrado que Comissão registou um aumento previsional da receita por via da rubrica "07- Vendas de bens e serviços correntes" o que indicia um compromisso claro deste executivo na cobrança efetiva dos serviços prestados pelo Município.

### **Das Grandes Opções do Plano (GOP)**

Numa primeira abordagem ao documento, é sugestão desta Comissão que, de futuro, se evite a introdução de gráficos a cores uma vez que a sua impressão a preto e branco dificultam a leitura dos mesmos.

No geral o documento encontra-se bem estruturado com mapas previsionais que permitem uma leitura acessível e anotações que fundamentam a visão do Executivo, refletindo a sua estratégia de forma perceptível.

Das GOP destaca-se o investimento previsto no abastecimento de água ao Município, situação que merece a maior atenção e urgência na sua resolução.

Destaque para o investimento na Cultura e Desporto que representam uma forte componente para o ano de 2014.

Realça-se também o investimento na Educação através do compromisso assumido anteriormente com a Escola Profissional de São Jorge e a remodelação da escola EB1 de Velas.

A Comissão sugere que em próximos orçamentos a apresentar, os investimentos a efetuar venham acompanhados pelos respetivos projetos de investimento.

Da componente da receita e como referido anteriormente regista-se o aumento previsto em vendas de bens e serviços correntes (70.706 €). Da componente da despesa regista-se o aumento das despesas com pessoal (29.700 €) devidamente fundamentado pelo Executivo.

### **Conclusão**

Por ser este o primeiro Orçamento e Plano apresentados pelos Executivo eleito recentemente, é opinião consensual desta Comissão que não estão reunidas todas as condições para emissão de um parecer mais aprofundado e uma análise fundamentada às políticas a desenvolver pelo Executivo.

Face a todo o exposto e com as devidas reservas, a Comissão Permanente dá o seu parecer favorável ao Orçamento e Plano para o ano de 2014.

*Handwritten signatures and text:*  
Francisco José Luís Pereira  
[Signature]  
[Signature]



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta por unanimidade, o ponto referente ao Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano para 2014, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à deliberação do Orçamento da Receita e da Despesa para 2014, tendo sido aprovado por maioria com treze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo Municipal do Partido Popular e sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, em relação às Grandes Opções do Plano para 2014, a votação foi também expressa por maioria, com treze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo Municipal do Partido Popular e sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.*

*A Proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 apresenta quantia de financiamento definido de dois milhões cento e cinco mil quinhentos e oitenta e oito euros e a Proposta de Orçamento da Receita e da Despesa o valor global, tanto nas receitas como nas despesas, de cinco milhões cento e dezoito mil quatrocentos e quarenta e um euros.*

Velas, 30 de dezembro de 2013

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta, o ponto referente ao Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano para 2014, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata excecutoriedade a parte da ata referente à deliberação do Orçamento da Receita e da Despesa para 2014, tendo sido aprovado por maioria com treze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo Municipal do Partido Popular e sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, em relação às Grandes Opções do Plano para 2014, a votação foi também expressa por maioria, com treze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo Municipal do Partido Popular e sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.*

*orçamento de 5118441,00*

Velas, 30 de dezembro de 2013

*Grandes Op. Plano 2014  
2105588,00*

A Presidente da Assembleia Municipal

*Maria Isabel Góis Teixeira*

Maria Isabel Góis Teixeira



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta por unanimidade, o ponto referente à Proposta de Contratação de Empréstimo a Curto Prazo, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata exequibilidade a parte da ata referente à deliberação da Proposta de Contratação de Empréstimo a Curto Prazo, tendo sido aprovada por maioria com treze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo Municipal do Partido Popular e oito abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.*

*A Proposta de Contratação de Empréstimo a Curto Prazo no montante de quatrocentos mil euros.*

Velas, 30 de dezembro de 2013

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta por unanimidade, o ponto referente à Proposta de deliberação adenda ao Contrato Programa nº 1 de 2009 celebrado com a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à Proposta de deliberação adenda ao Contrato Programa número um de dois mil e nove celebrado com a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge, sendo as verbas referidas no número um do presente contrato programa transferidas mensalmente em prestações iguais para Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 30 de dezembro de 2013

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta por unanimidade, o ponto referente à Proposta de deliberação adenda ao Contrato Programa nº 29 de 2007 celebrado com a empresa Municipal VelasFuturo, tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à Proposta de deliberação adenda ao Contrato Programa número vinte e nove de dois mil e sete celebrado com a empresa VelasFuturo, sendo as verbas referidas no número dois da clausula terceira do presente contrato programa transferidas trimestralmente em prestações de igual valor para a VelasFuturo, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 30 de dezembro de 2013

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



## Assembleia Municipal de Velas

### CERTIDÃO

**Maria Isabel Góis Teixeira**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 deliberou, aprovar em minuta por unanimidade, o ponto referente à Nomeação de Administrador Liquidatário para a empresa Municipal VelasFuturo E.E.M., tendo a seguinte deliberação:

*A Assembleia Municipal do Concelho das Velas deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade a parte da ata referente à Nomeação de Administrador Liquidatário para a empresa Municipal VelasFuturo E.E.M., sendo nomeado o Senhor Hugo Alexandre Vieira de Borba Teixeira para o referido cargo, a referida proposta foi aprovada por unanimidade.*

Velas, 30 de dezembro de 2013

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira

## DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Municipal do Partido Socialista votou favoravelmente o Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano para 2014 e pretende esclarecer o sentido da sua votação, o que faz com os seguintes fundamentos:

Primeiro – Por uma questão de honra com aqueles que são os nossos valores e os princípios que norteiam o nosso trabalho. Queremos deixar claro que o mais importante para este Grupo Municipal são os interesses do nosso concelho e o bem-estar da nossa população e não interesses partidários imediatos. Será este, sempre, o padrão que decidirá o nosso sentido de voto.

Segundo – Por uma questão de coerência. Com efeito, apesar deste Orçamento e Plano não terem sido elaborados pelo Partido Socialista, este Grupo Municipal entende que tais documentos estão tecnicamente bem elaborados. Por um lado, não padecem dos “problemas” e “defeitos” que motivaram muitas das críticas que, nos anteriores mandatos, este Grupo fez aos anteriores Orçamentos e Planos, então apresentados. Por outro lado, registamos, com agrado, a prioridade dada aos investimentos que possam ser comparticipados pela Comunidade Europeia, aproveitando, assim, as verbas ainda disponíveis para este Município das Velas, canalizando-as para as obras que, eventualmente, não poderão ser comparticipadas no novo Quadro de Apoio.

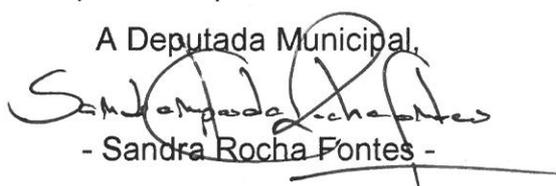
Por tudo isto, o Orçamento e Plano para o ano de 2014 mereceram a nossa aprovação.

Este voto favorável exigirá, claro está, da nossa parte, uma profunda análise e acompanhamento da respectiva execução, o que o Grupo Municipal do partido Socialista, desde já, se compromete a levar a cabo, nisso se empenhando, ao longo da sua implementação.

Velas, 27 de Dezembro de 2013

P’O Grupo Municipal do Partido Socialista

A Deputada Municipal,



- Sandra Rocha Fontes -

## Proposta

O grupo municipal do Partido Socialista propõe como representantes da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge a Dr.<sup>ca</sup> Rosa de Ceu Pinto e a Enfermeira Maria da Luz das Graças.

Pi O Grupo Municipal do Partido Socialista

Velas, 27 de Dezembro de 2013

A Deputada Municipal,

Sandra Lopes da Silva Fernandes



### Proposta

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem, por este meio, propor que os dois representantes a integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge sejam um deputado do Grupo Municipal do PSD e um deputado do Grupo Municipal do PP.

Sendo assim, propomos também que o deputado do Grupo Municipal do PSD seja o Sr. António Azevedo.

O Grupo Municipal,

*Ulisses Maia, Alexandre  
João de Jesus  
António Azevedo  
Cécilia Coentro  
José Luís dos Santos  
Rebeca Saraiva  
Mário José dos Reis*